

Uma leitura “no fio da navalha”

Uma leitura “no fio da navalha”

Maria Helena Moreira Alves e Philip Evanson.

Vivendo no fogo cruzado: moradores da favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro. Tradução de Fernando Moura. São Paulo: Editora UNESP, 2013, 360 pp.

Estela Scheinvar

Professora do Departamento de Educação e da Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH). Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Socióloga do Serviço de Psicologia Aplicada, Universidade Federal Fluminense. Contato: estelascheinvar@gmail.com

“Pode-se dizer que todo o espaço de criminalidade que continua a existir no Rio [de Janeiro] tem o amparo do poder público”

(Carlinhos Costa, Líder comunitário da Rocinha, p. 157)

Vivendo no fogo cruzado é um livro de enorme intensidade. Põe a nu a violência institucionalizada dos aparelhos do Estado que operam em nome da defesa da vida na cidade do Rio de Janeiro. Velhas formas de afirmar-se em um território, eliminando alguns, coagindo a todos e fazendo valer códigos de sobrevivência pela força bruta, anunciados como benesses para os que vivem em uma condição extranumerária.

Difícilmente encontraremos em uma obra o volume de depoimentos

atuais e diretos sobre a brutalidade a que é submetida a população das favelas do Rio de Janeiro no início do século XXI, provocada pela ação das forças do Estado: “Porque quando os bandidos estão sozinhos, não atiram na escola, mas quando o poder constituído estabelece um enfrentamento, usando a escola como escudo, os policiais entram no pátio e depois fazem um tiroteio com duas escolas no meio. (...) com quase dois mil alunos...” (Professora V, p. 55). “Foi o Bope. (...) Se tiver homem lá dentro, matam. (...) Mulher e criança eles batem, eles xingam, eles falam palavrões, e às vezes violam e matam. (...) Ela estava com uma blusa preta e eles arrancaram a blusa dela e bateram muito nela. Disseram que não pode usar preto porque preto é deles. Só deles. Deixaram a mulher só de sutiã. Ela ficou calada” (mãe de

estudante de escola pública, p. 90).

Não resta dúvida, na fala dos moradores e trabalhadores entrevistados pela equipe que construiu o livro, que a polícia é uma força arbitrária e feroz, que opera por impulsos, sem a menor consideração em relação à população que diz proteger: “Polícia é a mesma coisa que bandido. Até bandido respeita mais os moradores” (mãe de uma criança de 8 anos assassinada quando ia comprar pão, p. 116). Como ensinados, cantando refrãos que aprendem nas Academias em que são treinados com dinheiro governamental, lá vão os representantes da ordem pública: “Sai da frente. Eu vou sugar sua alma” (professoras das escolas públicas, p.71). Os agentes do Estado buscam impor-se a qualquer preço, custe a vida que custar, amparados por estruturas jurídicas que declaram *auto de defesa* qualquer ação violenta, mesmo tratando-se de assassinatos de crianças que brincam na rua ou de transeuntes que circulam sem nenhum envolvimento pessoal com os conflitos da área.

O livro é um registro do que é a vida cotidiana dos que vivem em áreas nas quais a política pública é construída a bala, “porque o poder público só está presente com a polícia,

e não com os outros serviços públicos” (professora da escola do bairro, p. 64).

A sua leitura deixa claro que não é uma exceção o que acontece nas favelas cariocas, mas uma coerente forma de organização das forças de segurança do Rio de Janeiro, como indicam os autores: “O confronto, ao que parece, é muito mais a opção por uma política de segurança do que uma necessidade” (p. 44).

Incisivos na denúncia da violência institucional, na convivência dos chamados órgãos públicos, no uso pelas forças públicas de métodos semelhantes aos adotados pelas execradas ditaduras instaladas na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, descrevem os autores, por exemplo, a utilização da faca “corvo”, “usada muito pelos militares na Argentina e no Chile para desaparecer com os corpos” (p. 103). Uma faca com um desvio na ponta para extrair os órgãos internos e fazer o corpo afundar ao ser jogado em rios ou no mar; uma técnica para compor a estatística dos “desaparecidos”. Para além do satânico método, o texto mostra os meios e os efeitos da prática de eliminar institucionalmente ou, como querem os indicadores oficiais, *desaparecer* corpos, convertida em uma tônica das forças

de segurança que atuam sempre declarando defender a população.

Claros na denúncia das sanguinárias e arbitrárias práticas do Bope¹ e do uso do seu veículo emblemático, o *caveirão*, os autores demandam com veemência a sua eliminação, recusando, inclusive, a fala do então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, quando este afirma que “... não tem uma solução em curto prazo” (p. 279), indicando a manutenção de um dos aparelhos oficiais do que é chamado “segurança”: “Maria Helena: Eu perguntei ao pessoal da Secretaria de Direitos Humanos, e ao próprio Secretário Nacional de Segurança, e falaram a mesma coisa que penso: ‘Tem que acabar com o Bope’. Lula: Mas, se você acabar com o Bope, você vai ver que a população se vira contra o governo” (p. 279).

Organizado com análises dos autores, Maria Helena Moreira Alves e Philip Evanson; com entrevistas realizadas por eles e por José Valentin Palacios com moradores, trabalhadores, responsáveis pelas políticas de segurança do estado e do

¹ Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro, conhecido por sua crueldade e pela arbitrariedade em suas incursões nas favelas.

país; com grupos focais compostos por professores, moradores (adultos e crianças), defensores da população, policiais e estudantes universitários, assim como pela própria experiência que Alves construiu “convivendo diretamente com líderes comunitários e moradores de diferentes projetos das ONGs” (p. 12) ao estabelecer-se por breves períodos nos locais pesquisados, o livro coloca o leitor ante alguns abismos: no fio da navalha, em duas dimensões que apresento a seguir.

Talvez a velha e debatida ideia de trazer “a” realidade como exercício de objetividade o tenha orientado. Mas a maneira de produzir informação, de juntar análises e de tecer as considerações define o olhar que caracteriza uma pesquisa. Não há subjetividade em oposição à objetividade, mas produção de verdades. Juntar vozes e cenas pode ser feito desde inúmeras perspectivas, conduzindo a leitura para lógicas diversas. Não há nada que poderíamos considerar desconhecido nas páginas da obra. O que a torna original é a apresentação de um importante volume de declarações e testemunhos; o que a torna um bom material de debate é a análise de uma forma de construir e ler a realidade em

questão. Esta, pois, é a que orienta a presente resenha.

A pesquisa apresentada no livro inicia com uma pequena e esquemática história do crescimento urbano no Rio de Janeiro, mostrando a precariedade das estruturas habitacionais relegadas aos pobres. Afirma que “O trabalho dos pobres supostamente ignorados e abandonados é crucial para a manutenção não só do estilo de vida dos ricos, mas, sobretudo, para o funcionamento global da economia da região metropolitana do Rio de Janeiro” (p. 25). Entretanto, são desprezadas as condições de moradia às que são relegados os trabalhadores braçais, ou seja, é abstraída a própria história que constrói e fortalece as favelas no Rio de Janeiro, quando o livro afirma que “... a principal exceção em relação a esse progresso foi a segurança pública, que não evoluiu” (p. 27). Serviços urbanos (moradia, luz, gás, saneamento, asfalto, lazer, transporte, estruturas pedagógicas, equipamentos culturais, entre outros) são subtraídos na análise que o livro apresenta, em favor da centralidade que adquire a *segurança pública*. Não por acaso. Michel Foucault (2012) e Robert Castel (2005) sublinham a centralidade da produção subjetiva em torno da segurança para a sustentação

da desigualdade por meios coercitivos, justificando assim qualquer grau de ação das forças que operam em nome dela. Para os autores, o fundamento da lógica da segurança está dado pela retórica da proteção, mesmo que esta signifique a eliminação daqueles que se diz proteger.

A construção de espaços de pobreza com enorme precariedade tem sido uma prática política institucional. É uma prática policialesca: desde o início do século XIX “muitos cidadãos, com casas regulares e de melhor aparência deparavam-se à porta com as iniciais P.R. – Príncipe Regente – rapidamente interpretadas por ‘ponha-se na rua’” (Pinto, 2014: 52). A invasão fundiária é uma prática sistemática registrada ao longo da história do Brasil, inquestionável quando conduzida pela elite, sempre apoiada pelo corpo de polícia. Não se pode dizer que “a segurança pública não evoluiu” quando referida a sua relação com os pobres, já que a segurança é sempre contra eles. O Estado, em sua função precípua de reprimir, tem sempre como alvo todos aqueles que ameaçam as forças que o sustentam. A construção que entende que o Estado *quer, tem que, deveria* ajudar os chamados despossuídos é bastante

primária, sustentada na crença de uma moral que se contrapõe à lógica repressiva, sem perceber que é esta que dá sustentação ao Estado, o qual se arvora o monopólio da força para impor os interesses de alguns sob aqueles que têm que lhe servir. Reivindicar o Estado, a força do Estado, é um apelo à “servidão voluntária”, segundo os termos expostos por Etienne de La Boétie, ainda no século XVII (*La Boétie*).

Luciano Rocha Pinto (2014), em sua tese de doutorado, mostra como a Câmara Municipal do Rio de Janeiro do Brasil Império vai assumindo práticas de normalização ativadas por mecanismos “atentos aos indivíduos e aos lugares por onde circulam” (Pinto, 2014: 53), sob a ação da “Polícia da Corte e do Estado no Brasil”, criada desde 1808. Suas práticas sempre foram orientadas, como testemunham os arquivos do século XIX pesquisados pelo autor, a “... vadios, estrangeiros, taverneiros e vendedores”, aos “perturbadores da ordem e da tranquilidade civil e familiar” (Idem). As elites põem seus cães de guarda a agir, expulsando a população de territórios convenientes para o seu assentamento e vigiando a sua permanência *pacífica* nos bolsões aos quais é relegada. Prática antiga e atual.

Surpreende a idealização da favela desenhada no livro como uma vila comunitária melodiosa, brutalizada a partir da ditadura instalada em 1964: “o Rio de Janeiro não tinha facções antes do surgimento dos traficantes de droga; em vez disso, as pessoas se uniam em grupos de carnaval e escolas de samba” (p. 33). Certamente, as formas de repressão, as organizações coativas como o jogo do bicho, utilizam formas diversas em suas práticas de controle do território e talvez não tenhamos visto anteriormente a brutalidade instalada pelas próprias forças públicas nas favelas do Rio de Janeiro no alvor do século XXI, nem nos tempos ditatoriais instalados em 1964! Mas menosprezar a força bruta, inclusive proveniente dos equipamentos públicos, em toda a história das favelas do Rio de Janeiro, é a idealização de uma cidade sossegada na que cada um ocupa o *seu* lugar de modo ordeiro, sempre amparado pela própria polícia. Esta tônica é mantida pelos autores na análise sobre a atuação da polícia, em acordo com a fala do secretário nacional de segurança pública de 2008, Ricardo Balestreri, quando afirma que “O que aconteceu no Brasil a partir de 1964, e principalmente a partir de 1968 com o agravamento do golpe, é

que todos aqueles modelos de polícia de proximidade foram eliminados” (p.307).

Contrariamente a esta ideia, Pinto (2014) apresenta o registro do incremento das funções repressoras da polícia desde o Brasil Império, recrudescidas com a abolição da escravatura e a chegada da República. No mapa de atuação policial que o autor apresenta, os territórios de pobreza se destacam. Não localizo na história que conta a vida cotidiana do Brasil uma ruptura radical entre a polícia de antes e de depois dos anos de chumbo do fim do século XX. Dizer que os “Heróis da independência tornaram-se “carcereiros” na ditadura militar, quando foram incorporados às forças armadas em 1969” e, ainda, que “a referência não era mais a dos policiais amigos” e que “as principais tarefas atribuídas aos PMs foram desencorajar e reprimir a oposição e proteger o regime, em vez de proteger o povo” (p.190), é mais uma animação caricata dos estúdios da Disney que uma crônica da prática policial na história do Brasil desde a fundação de tal corporação. Talvez, por ancorar-se em uma ideia de polícia atenta e companheira, os autores atribuam a problemas funcionais, de organização

interna, morais e comportamentais a lógica punitiva e discriminadora que caracteriza o trabalho repressor de uma corporação construída e mantida para reprimir.

Tais ideias fazem emergir um debate em torno da concepção de Estado, de governamentalidade e dos fundamentos do liberalismo, ou seja, das lógicas que instituem os aparelhos e as formas de governo. Tratando-se de um Estado que defende o grande capital, submetido à lógica da acumulação privada por meio da exploração do trabalho coletivo, como defender, junto ao representante da ONU entrevistado, a ideia de “abolir a PM e substituí-la pela criação de uma nova força policial civil treinada para servir, e não para reprimir ou matar cidadãos” (p. 336)? As forças coativas organizadas pelo Estado servem a ele, defendendo os interesses que ele representa, e o fazem coagindo aos que o ameacem. O cenário não é o de uma comunidade irmanada, mas o de uma estrutura política clara em seus interesses e perversa em seus horizontes. Impossível pensar em um cenário em que todos estejam ajustados a seus lugares (como quer a lógica funcionalista) e uma polícia colaboradora e cordial. Os interesses

que instauram e movem o Estado são bárbaros e a sua atuação para preservar-se não poderia sê-lo menos.

Chama a atenção a forma naturalizada com que o livro, denunciando tanta arbitrariedade e brutalidade por parte das forças públicas, afirma a legalidade da ação dos braços do poder público ao discriminá-los daqueles que têm as mesmas práticas, mas não estão nas fileiras governamentais. A naturalização dos termos “traficantes”, “bandidos” e “criminosos” – quando sabemos quem define uma lei e, portanto, como é fabricado um criminoso – discrimina forças semelhantes e até aliadas em suas práticas, tornando-as dicotômicas. Afirma-se um linguajar forjado por poderes instituídos e alimentado pelos meios de comunicação, que naturaliza a condição das pessoas, abortando qualquer possibilidade analítica sobre a construção de tais produções subjetivas, de tais sujeitos.

Apesar da vasta e pertinente bibliografia utilizada pelos autores, é notória a omissão de estudos que desnaturalizam as práticas de segurança da sua condição de necessidade. Diferente do pensamento que prevalece no livro, que entende a atuação sanguinária da polícia por

um desvio moral ou pela falta de rigor no processo punitivo, Cecilia Coimbra (2001), Vera Malaguti Batista (2003), Edson Passetti (2006), Rafael Coelho Rodrigues (2009), Nilo Batista (2007), Raul Zaffaroni (2010), entre outros autores, problematizam a lógica punitiva própria ao Estado penal. Da perspectiva de tais autores, os chamados excessos ou ilegalidades da polícia não são um erro ou um desvio, mas a expressão da intensidade da lógica pautada na norma e no castigo.

Policiais e civis, conforme atesta a pesquisa, disputam um mesmo mercado com os mesmos métodos. As diferenças possíveis, de acordo com os relatos compilados na obra, são os acordos entre os civis que usam armamento e trabalham na ilegalidade e a população da favela que fica *no fogo cruzado*: “A polícia usa a escola como escudo... A lei que eles (‘os bandidos’) têm é de que ninguém pode mexer na escola” (p. 94). Destaca-se, porém, a semelhança nas práticas: “... os bandidos fazem o que querem... Agora quando o bandido quer fazer alguma coisa, dá um dinheiro ao policial e pronto” (p. 151). “Se a polícia entra na sua comunidade, você está tranquilo, porque sabe que são amigos da milícia e estão juntos” (p.155).

Nas palavras do Nu-sol (2014), “...ascendem-se disputas pelo controle e monopólio dessa violência, nas quais grupos se colocam antagônicos, ativando o uso do terror”, por ser um instrumento útil para todas as partes que compõem um mesmo mercado, a mesma cena. Como dizem os pesquisadores da PUC-SP, “Sob estas condições o Estado sempre é o bando armado que promete a paz e a segurança, desde que seu governo seja obedecido...” (NU-SOL, 2014).

Mais do que “policiais e bandidos” temos de um lado uma corporação legalizada que usa tanto os recursos quanto as orientações de governo para agir e, do outro, aqueles que operam fora da lei e, sobretudo, fora da institucionalidade dos aparelhos do Estado. Se de um lado a pesquisa denuncia a afinidade dos métodos empregados por policiais e civis, do ponto de vista analítico discrimina tais forças vitimizando uns e criminalizando outros: “Os inimigos ostensivos da polícia são os traficantes incrustados nas favelas” (p. 189). Seriam inimigos ou concorrentes?

Destituída das lógicas que instituem a polícia em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, a produção subjetiva em torno de uma polícia defensora dos fracos é utilizada como

potente estratégia de controle. A pesquisa apresenta inúmeros depoimentos de todas as forças públicas e de alguns moradores das favelas nesse sentido. Projetos articulados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci – e por cursos para *humanizar* a polícia destacam-se como as duas grandes frentes de esperança por ver a prática de polícia mudar no período pesquisado. Ambas, fontes incalculáveis de crescimento de um determinado mercado, têm oferecido empregos, renda, prestígio, mas ver as práticas transformarem-se ou agregarem forças que denunciem a inoperância e a falácia de tais linhas de ação tampouco têm sido seus efeitos.

Em importante pesquisa sobre um dos projetos que compõe o Pronasci no Rio de Janeiro, Rafael Coelho Rodrigues (2014) define tal programa como parte de uma política de “moralidade mínima”, por convocar os jovens a policiar-se mutuamente e a reduzir a sua vida à condição de capital a ser (des)valorizado. A mecânica por meio da qual os programas são executados requer maior atenção para escapar a retóricas que apenas convencem espectadores desavisados, cujas vidas não dependem de tais iniciativas.

Chama a atenção a forma como estas demandas têm acolhimento na

universidade e também são produzidas por ela. O lugar em que a pesquisa das práticas sociais acontece é seduzido pela arrogância do poder acadêmico e pelo apelo à captação financeira. A crença na formação moral, a crença na regeneração, a crença no comportamentalismo se amalgamam com a crença que o conhecimento tudo pode, sem observar a racionalidade que faz funcionar os aparelhos de segurança e a produção de conhecimento. O interesse em sala de aula pelos movimentos sociais e pelas lutas por transformar as lógicas de vida cede lugar a interesses por fazer a máquina de controle funcionar, exaltando o reino da submissão à ordem instituída, à disciplina, ao conformismo frente aos limites do mercado, desconsiderando a brutalidade com que a população é tratada. Do alto da arrogância acadêmica, a universidade tem não só aceito, mas produzido demanda ao oferecer cursos aos policiais, sem o menor compromisso com a intensificação que temos vivido das práticas de extermínio e de afronta à população. Os horrores são contemporizados em linguagem acadêmica e a legitimidade que a universidade vai conferindo às práticas de repressão passa despercebida, não pelos que estão fora de seus muros e

que se fortalecem com tal aliança, mas por nós mesmos.

Que ética se exerce em nome da humanização? Que humanidade é produzida nos bancos universitários? Até onde um princípio ético resiste ao prestígio de dizer que se participa da formação de uma corporação de milhares de integrantes? Até onde se resiste ao apelo financeiro? Qual o limite ético daqueles que – não se enganem – são coniventes com as práticas de repressão da polícia carioca?

Conforme registrado por Alves e Evanson, no ano de 2008 o Ministro Tarso Genro afirmou que com os cursos de formação, “em mais dois anos nós vamos começar a ver uma polícia diferente” (p. 305). Os cursos têm proliferado correlativamente à brutalidade policial no Brasil. A história tem confirmado o ceticismo da entrevistadora quando perguntou ao Secretario Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, também em 2008, se o treinamento impediria que “eles [a polícia] matem gente pela rua”. Lamentavelmente, a história não confirmou a pueril credulidade da resposta: “... mas isso vai mudar a maneira de pensar. O projeto é nacional. Estamos induzindo política pública e o Rio de Janeiro está

começando a responder positivamente. Temos dois projetos no Rio que vamos financiar. Um é o ‘toda polícia na Universidade’...” (p. 297).

A mudança registrada por um morador da favela da Rocinha parece que tem se feito sentir em todo o estado desde então: “Uma grande diferença agora é que não se tem prendido gente. Tem-se matado muito” (líder comunitário da Rocinha, p. 158).

Uma leitura “no fio da navalha” é um desafio. O livro apresenta um cenário que precisa ser lido, visto, denunciado, mas principalmente enfrentado. E não mais com a crença de construir um comportamento adequado porque moldado por punições que o poder judiciário teria que definir e o poder executivo, aplicar. Tanto um quanto o outro fazem parte de uma organização política sustentada na lógica privada e penal. Como construir territórios coletivos, destituídos dos mandamentos próprios à crença no castigo? Como liberar-se de uma racionalidade que constitui os coletivos como espaços de vigilância-desconfiança contínua? Lutar afirmando uma lógica de vida em que o desejo e não a tutela conduza as lutas é um grande desafio. É uma luta “no fio da navalha”.

Bibliografia

- BATISTA, Nilo (2007). “Só Carolina não viu - violência doméstica e políticas criminais no Brasil”. In: MELLO, Adriana Ramos de. (Org.). *Comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editores.
- BATISTA, Vera Malaguti (2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan.
- CASTEL, Robert (2005). *A Insegurança Social: o que é ser protegido?* Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes.
- COIMBRA, Cecilia (2001). *Operação Rio — o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Niterói: Intertexto e Rio de Janeiro: Editora Oficina do Autor
- FOUCAULT, Michel (2012). *Ditos & Escritos VIII — Segurança, penalidade, prisão*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- NU-SOL (fevereiro de 2014). *Hypomnemata 164*. São Paulo: Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=196> (acesso em 13/03/2014).
- PASSETTI, Edson (2006). “Ensaio sobre um abolicionismo penal”. In: *Verve*, n. 9, pp.83-114.
- PINTO, Luciano Rocha (2014). *Câmara Municipal: uma sociedade de discurso na cidade-corte do Império do Brasil (1828-1834)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Rafael Coelho (2014). *Juventude como capital: a questão criminal e os projetos sociais frente às políticas para os jovens vulneráveis*. Curitiba: Juruá.
- RODRIGUES, Rafael Coelho (2009). *O Estado Penal e a Sociedade de Controle*. Curitiba: Revan.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul (2010). *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan.